

Adriano Luiz Duarte

Professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em História Social pela UNICAMP.

A Criação do Estranhamento e a Construção do Espaço Público

Os japoneses no Estado Novo



"...O japonês é como o enxofre: insolúvel".

Oliveira Vianna

"De uma hora para outra um sopro vivificante despertou as forças adormecidas da nacionalidade e animou o país do desejo de viver sadiamente".

João Carneiro da Fonte

chefe de polícia, em 1939.

O PAÍS DE UMA CARA SÓ...

O Estado Novo embasou todo o seu repertório discursivo e imagético sobre quatro pilares, a partir dos quais planejou adentrar todos os espaços e recantos da sociedade,

espalhando um conjunto bem estabelecido de valores, normas e práticas sociais que objetivavam a preservação da estabilidade social e, principalmente, da ordem pública, fundamentais para o exercício cotidiano da racionalidade do poder. São eles: o anticomunismo, o trabalho, a pátria e a moral.¹

Em torno destes quatro conceitos que giravam os discursos e práticas estadonovistas, e também através deles que podemos perceber contra o que se articulava o Estado Novo, e quais os 'fantasmas' que tanto amedrontavam a elite dirigente do país naqueles anos.

Através da enorme variedade de 'fantasmas' que atormentou o sossego dos au-

tores do Estado Novo, é possível imaginar contra quem e contra o que se voltou toda a força repressiva desse projeto de manutenção da ordem e estabilidade sociais, e quais os oponentes criados como inimigos a serem debelados no seio da sociedade. O apelo fundamental que antecede e emana dos quatro pilares que sustentaram o projeto estadonovista é o apelo à união, à unidade e à junção das forças imanentes à nacionalidade para a construção de uma pátria una e indivisa, que caminhe coesa em busca da identidade.

União, coesão e indivisão são os objetivos que sustentavam esse projeto; o que se desejava era apagar os sinais de uma possível heterogeneidade social, eliminar as diferenças de todos os matizes, e assim construir uma nacionalidade homogênea e indistinta. O que se recusava eram os diferentes modos de vida, de opinião, de crença e de comportamento, porque estas noções repunham a imagem de uma sociedade multifacetada e plural.

A construção desta homogeneidade social requereu uma prática profundamente autoritária, porque pressupunha a progressiva eliminação de tudo aquilo que não estivesse de acordo com o modelo de unidade desejado. Aqueles que não se enquadravam no molde estabelecido deviam ser eliminados do convívio social e, portanto, do espaço público, porque eram os portadores da divisão, os transmissores do desequilíbrio que continuamente

punham em perigo a pátria. Contudo, a própria possibilidade da expressão de tal desejo nos revela que a sociedade brasileira foi percebida como heterogênea, plural, desarmoniosa e incoesa. É sobre esta realidade, e para eliminá-la, que atuará o poder público.

As diversidades culturais que compõem a sociedade brasileira estão relacionadas às diferentes e múltiplas formas de se vivenciar a proletarização, com a consequente formação de um mercado de trabalho urbano industrial e moderno. A necessidade de homogeneização, centro do projeto estadonovista, surge, ao que tudo indica, das dificuldades apresentadas pelas classes dominantes em operacionalizar essas diversidades culturais dentro de uma ordem pública em construção, onde o gerenciamento dos conflitos se torna cada vez mais complexo. A vigilância e a suspeição foram as estratégias adotadas nesse processo de homogeneização.

A noção de pátria, expressa no discurso de Azevedo Amaral, um dos ideólogos do Estado Novo, traz em seu bojo uma enorme força estratégica. Ela é o elemento imprescindível para a elaboração dos valores e práticas que são portadoras do objetivo de preservação da ordem e da estabilidade social, da identidade coletiva, da racionalização do exercício do poder e da afirmação da unidade nacional.² São os que insistem em escapar pelas fimbrias do emolduramento que o poder vai erigindo nestes anos, que serão rapidamente transformados 'nos inimigos'

que devem ser execrados e eliminados. Assim, explicita-se outra faceta da construção da idéia de homogeneidade social e de indivisão da pátria. A idéia de unidade e coesão só pode efetivar-se se moldada a partir de algo que lhe faça contraponto, algo que funcione como um espelho invertido. É a partir do inimigo a ser combatido, do *outro*, que é possível construir a imagem da nacionalidade una, coesa e indivisa.

Sobre o *outro*, o inimigo a ser execrado, serão despejados todos os maus atributos que compõem a fantasmagoria repelida pelo Estado Novo. Nele serão identificados todos os males, todas as ameaças de decomposição e esfacelamento social, a ele se atribuirão as pechas da doença, da anarquia, da injustiça, da traição, da ruína, do pecado, da desobediência, do ócio, do desleixo e da promiscuidade. É a partir dele que o poder construirá sua auto-imagem. É por intermédio da criação do inimigo que a ditadura atingirá sua maior força e será capaz de multiplicar sua coação em todas as esferas do social, e assim produzir normas e valores que atinjam a amplitude da população.

Mas, o inimigo é muito ardiloso o que justifica o esmero com que foi construído e mantido um enorme aparato militar e repressivo, responsável nas décadas de 1930 e 1940 por milhares de prisões, torturas, deportações e assassinatos. Do exterior, estas vis criaturas estendem seus tentáculos e introduzem em meio à harmonia social a sua marcante e deletéria pre-

sença. Pelas fissuras da sociedade eles vão se instalando e, como um câncer, passam a corroer os pilares de sustentação da nação. De externo ele se transforma em interno e passa a justificar qualquer ação repressiva. Se o inimigo está em toda parte, isso exige uma atuação repressiva também onipresente.

Mas, qual era a exata dimensão desse inimigo que se imiscuia com tanto arдил na sociedade para, por dentro, destruí-la vagarosa e continuamente? Se ele era o portador da indisciplina, da barbárie, da instabilidade, do atraso, da imoralidade, da sensualidade, da indolência, era o retrato fiel de todos aqueles que, pelas mais diversas razões, não se enquadravam nos preceitos do Estado Novo. Eram inimigos todos os que não contribuísem para a construção do projeto de Brasil esboçado nestes anos. Em toda parte, em todo momento, podia ser localizado este inimigo. Portanto, nesta época, toda a população estará sob permanente suspeição. É esta suspeição generalizada que justificará, além da ação repressiva por parte do Estado, sua ação profilática e terapêutica, adentrando nas casas, nas creches, nas fábricas, atuando sobre as famílias, os trabalhadores, as crianças, as mulheres, os adolescentes, tentando moldar-lhes o pensamento e a ação para criar um novo cidadão.

O que estava em jogo na configuração do *outro* era a questão da cidadania. É precisamente na edificação dos contornos e na espessura do seu alcance que

as estratégias da vigilância e da suspeição revelam seus desdobramentos. Ao regular a amplitude do conceito de cidadania, vinculando-o à ocupação no mercado de trabalho em profissão reconhecida pelo poder público, o Estado Novo estava também definindo a abrangência da noção de marginalidade. O poder público definia o que era ser cidadão, tanto quanto o que era ser marginal; estabelecia, portanto, quem teria direitos bem como aqueles passíveis de perseguição e exclusão da esfera pública.

ESTRANGEIROS, ESTRANHOS E DIFERENTES

A sensação de estranhamento em relação ao estrangeiro não se inicia, obviamente, com o Estado Novo, mas é quando se explicitam alguns preconceitos e medos que farão daqueles que eram simplesmente diferentes um perigoso inimigo.

Em 18 de abril de 1938, vedou-se aos estrangeiros, através do decreto-lei nº 383, a atividade política no Brasil. As sutilezas do decreto ficavam por conta de como os policiais e os órgãos públicos encarregados da vigilância deveriam aplicá-lo na prática cotidiana. A fiscalização das atividades dos estrangeiros seria realizada pela Superintendência de Segurança Política e Social, auxiliada pelo Serviço de Censura e Fiscalização de Teatros e Divertimentos Públicos, e participaria também o Serviço de Censura Postal. Este decreto estabeleceu que qual-

quer tipo de reunião somente poderia ser realizada com o prévio licenciamento e localização fornecido pelas autoridades policiais.

O Serviço de Censura Postal tinha duas funções: a censura postal exercida por funcionários públicos federais, e a censura policial a cargo dos funcionários da polícia civil. A função do 'serviço' era fazer uma triagem em toda correspondência dirigida ou emitida por estrangeiros residentes no Brasil. Quando algo considerado inconveniente fosse encontrado, era imediatamente encaminhado para um departamento responsável pela elaboração de seguidas exposições "destinadas a mostrar à parte sadia da população para despertar a atenção dos brasileiros contra as maquinações dos inimigos da nossa civilização".³ Todo estrangeiro tornou-se, com o decreto-lei nº 383, um potencial inimigo da civilização, um portador de atributos que podiam levar à degenerescência da nacionalidade. As medidas desta enorme burocracia, ao aprofundar a vigilância sobre todos os estrangeiros e seus descendentes, vai lentamente se estendendo aos cidadãos comuns, estrangeiros ou não.

Mais uma vez se percebe a amplitude da suspeição, pois, de acordo com os relatórios de polícia, qualquer um que expressasse um comportamento diferente, não convencional, estranho, poderia ser denominado 'estrangeiro'. Dentro desta categoria, que continuamente se amplia, vão sendo inseridos todos os que podem

suscitar estranheza. Aqui, obviamente, a idéia do inimigo interno encontrará campo fértil para vicejar.

Se o objetivo primeiro é bloquear qualquer possível canal de atuação político-institucional aos estrangeiros, as medidas citadas tiveram um alcance muito maior. Praticamente em dois anos, 1938 e 1939, foram fechadas todas as associações culturais, escolas e jornais editados no Brasil em língua estrangeira. Em 25 de janeiro de 1938, foi criado, pelo decreto nº 2.265, a Comissão de Nacionalização, que tinha por objetivo criar e viabilizar os canais necessários à assimilação dos estrangeiros, seja através da nacionalização em massa e forçada, seja por meio do impedimento crescente do

contato com seus países de origem. O projeto estadonovista de recriação e aprimoramento da nacionalidade, por meio de um amplo e minucioso projeto pedagógico, requeria, necessariamente, o desaparecimento dos estrangeiros através de sua total adaptação e assimilação aos valores nacionais e a progressiva perda dos laços culturais que os ligavam aos países de origem, como a língua, hábitos alimentares, vestuário, práticas culturais etc. Mas, os estrangeiros não eram todos iguais e desigualmente foram tratados pelo Estado Novo, e aqueles cuja presença física causava maior estranheza, enfrentaram, de forma mais dramática ainda, esse projeto totalitário. É em relação ao japonês — o estranho e



O presidente Vargas, na sacada do Palácio do Catete, assiste a manifestações populares anti-Eixo. Rio de Janeiro, 18.08.1942. Arquivo Nacional.

diferente por excelência — que se exercitará ao paroxismo a aversão e o medo do *outro*.

As campanhas de nacionalização dos imigrantes, embora ocupassem aspecto central no debate político brasileiro desde a substituição da mão-de-obra escrava, e relacionados à eugenia da raça, assumiram nas décadas de 1930 e 1940 um caráter de segurança nacional. Os estrangeiros eram um perigo em potencial à construção de um país uno, indiviso e coeso. Entretanto, os japoneses eram encarados de uma maneira especial. Não se lhe aplicavam os critérios assimiladores e o projeto de nacionalização os excluía. A singularidade da comunidade nipo-brasileira está na ambigüidade como foi vista pelo poder público: como estrangeiros deveriam ser assimilados e desaparecer em meio à comunidade nacional, mas como diferentes por excelência deveriam ser mantidos à margem dessa comunidade e, portanto, remetidos a uma espécie de limbo social. Assim, a questão à qual se viam remetidos não era simplesmente a da nacionalização, mas a da sua projeção como a encarnação cabal dos entraves à construção do Estado nacional.

A Comissão de Nacionalização, dirigindo-se ao Ministério da Educação e Saúde, redigiu o seguinte relatório, em 16 de outubro de 1940:

Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade,

por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento. Destarte, o japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica.⁴

Nossa 'boa vontade' não era extensiva aos asiáticos em geral e aos japoneses em particular. Eles eram o retrato do novo, do estranho, daquilo que fugia ao controle e projetava para o futuro uma insegurança presente. Quanto à unidade nacional, eles eram a expressão do imprevisível nesta ampla estratégia de controle do trabalhador e do pobre. 'Impedir o seu desenvolvimento' significava confiná-los a um gueto social e impedir que se espalhassem pelas cidades contaminando os nacionais.

O 'problema japonês' assume contornos de segurança nacional quando em julho de 1940, desembarca no porto de Santos um carregamento de sessenta caixas contendo livros pedagógicos impressos em japonês, destinados às poucas escolas que ainda funcionavam. O presidente do Conselho de Imigração, João Carlos Muniz, enviou um ofício ao presidente Getúlio Vargas alertando-o que não pudera

apreender os livros porque não se destinavam à venda. O ofício vai parar nas mãos do secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, general Francisco José Pinto, que em comunicado reservado dirigido ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicita as providências legais cabíveis que tornassem efetivas as ações repressoras do Conselho de Colonização. O comunicado termina explicitando o terror e medo causados no general pelos livros infantis:

É sabido como são férteis os japoneses em seus processos de sutilezas e em sua pertinácia racial. Contamos que Vossa Excelência em seu alto patriotismo se dignará mandar estudar o assunto pela Seção de Segurança deste ministério no sentido de ser encontrada uma forma para neutralizar essa manobra de burla à nossa política nacionalizadora.⁵

O problema é resolvido permitindo-se apenas a entrada de livros didáticos impressos em língua portuguesa. Aperta-se o cerco.

Em 1941, o então ministro da Justiça, Francisco Campos, elaborou um extenso parecer sobre a inconveniência de se aceitar a entrada de quatrocentos japoneses que desejavam migrar para o Brasil, dedicando-se à agricultura no interior do estado de São Paulo.

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem ser considerados inassimiláveis. Eles pertencem a

uma raça e a uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irreduzível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização dos seus intuítos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má fé, seu caráter refratário, fazem deles um enorme quisto étnico e cultural localizado na mais rica das regiões do Brasil. Há características que nenhum esforço no sentido da assimilação conseguirá remover. Ninguém logrará, com efeito, mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção da vida, nem seu materialismo.⁶

O parecer de Francisco Campos expressa todas as facetas do preconceito, do medo, do estranhamento, da intolerância e da insegurança. Mas, antes de tudo, é a expressão mais acabada da construção do inimigo, do *outro*, do indesejável, do inassimilável.

Os japoneses que habitavam São Paulo nestes anos percebiam muito bem a exclusão a que estavam submetidos, muitas vezes não entendiam porque isso acontecia, já que apenas desejavam falar sua própria língua, comer do seu modo; enfim, vivenciar livremente sua cultura. Causava-lhes profundo espanto que além das medidas já apontadas, e ainda no bojo da suspensão das rela-

ções diplomáticas Brasil/Japão, eles fossem proibidos de dirigir veículos automotores, mesmo porque não eram poucos os motoristas de praça japoneses.

Em 29 de janeiro de 1942, foi restringida a liberdade de locomoção, através das normas instituídas pela polícia. Inconformados com estas medidas, os japoneses criaram, em 1942, a sociedade Taisai Yokusam Doshi Kai (Associação dos Correligionários da Cooperação da Grande Política) que pretendia promover o retorno em massa para o Japão dos imigrantes que não se conformavam com a perseguição e eterna suspeição a que estavam submetidos. O desejo de retornar ao Japão era um velho sonho acalentado pelos os primeiros imigrantes e as perseguições no Estado Novo exacerbaram esse desejo.

A guerra forneceu as condições ideológicas para o acirramento da repressão e o aprofundamento do projeto estadonovista. Sem meias palavras ou justificativas legais era possível aprisionar para averiguação. Mofava-se nas cadeias até as providências legais serem tomadas. Em nome do estado de guerra a suspeição assumiu sua faceta mais crua, e desdobrou-se em repressão generalizada. Todos aqueles que, por uma ou outra razão, ainda podiam escudar-se ao abrigo da lei foram finalmente colhidos no vendaval que esculpia a nacionalidade.

Em janeiro de 1942, foi emitida uma ordem pelo Gabinete de Investigação para

a evacuação das ruas Conde de Sarzedas e dos Estudantes, principais ruas de concentração do comércio japonês, no bairro da Liberdade. Todos os japoneses deveriam deixar o local em dez dias. O comércio ficou completamente paralisado. A estagnação duraria pelo menos até 1945. Em 6 de fevereiro de 1943, uma nova ordem de desocupação foi emitida, desta vez atingindo pensões e hotéis. Esta notificação foi recebida por mais de 350 famílias. Na quinta-feira, 8 de julho de 1943, era a vez de serem notificadas do início da evacuação do litoral, rumo ao interior, cerca de mil famílias de japoneses, alemães e italianos.

A hospedaria dos imigrantes no Brás, por onde muitos haviam passado ao chegar no Brasil, foi transformada em prisão onde eram confinados não só italianos e alemães, mas principalmente japoneses; os maus tratos e a violência física tornaram-se regra no tratamento os imigrantes. Em *O imigrante japonês*, Tomoo Handa conta:

...na prisão faltavam camas e por isso colocavam três ou quatro colchões sobre o chão de cimento, onde dormiam sete, oito e até dez pessoas. Dizia-se que o que mais incomodava é que as celas eram minúsculas, com janelas altas e pequenas causando sufocação por causa da precária respiração e da fumaça de cigarros...

A idéia da existência da 'quinta-coluna' permitia todos os tipos de arbitrariedades. Os jornais contribuíram para o au-

mento do medo e o recrudescimento dos atos de exceção, alimentando de forma sensacionalista a paranóia em torno da segurança nacional, publicando, todos os dias, mais e mais notícias sobre espionagem, atentados a usinas, reservatórios de água e indústrias básicas. Quanto menos atos dessa espécie ocorriam maiores eram os brados temerosos da imprensa, que também vivia uma férrea censura.

Girando uma volta no torniquete da vigilância, a liberdade de locomoção foi suspensa. Tornou-se necessário obter uma autorização da polícia — o salvo-conduto — para poder trafegar pelo estado. Existiam três modalidades de salvo-conduto: estrangeiros, nacionais e perma-

nentes; sendo que alemães, italianos e japoneses não tinham acesso ao salvo-conduto permanente. As prerrogativas abertas com a guerra levaram ao ponto máximo a perseguição e a suspeição sobre toda população, “desvendando na prática o que fica dissimulado nas fases democráticas: o caráter político da repressão ao crime comum.”

Em março de 1943, os serviços de salvo-conduto — que inicialmente eram expedidos pelas delegacias distritais, pelo Gabinete de Investigações e pela Superintendência de Segurança Política e Social — foram centralizados em São Paulo, no prédio anexo ao da Superintendência de Segurança Política e Social, no largo General Osório. Para retirá-lo, o candidato



"Queremos a guerra". Protesto contra o torpeamento dos navios mercantes brasileiros pelas forças alemãs. Rio de Janeiro, 18.08.1942.

deveria preencher um formulário e entregar, ao funcionário da superintendência, uma série de documentos que seguiriam para pesquisa e averiguação dos antecedentes criminais; em seguida, caso nada constasse contra o requerente, seria expedido o salvo-conduto. De março a maio do mesmo ano, o serviço atendeu 73.798 pessoas, sendo 40.329 estrangeiros e 33.469 brasileiros. Nas justificativas para a criação do salvo-conduto os órgãos policiais alegavam que São Paulo possuía 1.500.000 estrangeiros, grande parte dos quais cidadãos dos países do Eixo.

Era imperioso que a polícia exercesse toda possível vigilância sobre o trânsito desses estrangeiros (...) o salvo-conduto representava o meio mais eficiente de que dispõe a polícia para controlar as atividades dos indivíduos que se locomovem de um para outro ponto do país e mesmo dentro dos limites dos estados (...) instituir a obrigatoriedade do salvo-conduto é função indiscutível da polícia preventiva.⁷

Impedir o livre trânsito, circunscrever um espaço delimitado para a 'ação' dos sujeitos sociais, criar uma espécie de gueto social onde seriam 'encarcerados' os estrangeiros e onde o controle pudesse ser exercido com maior eficiência; eis o objetivo da criação do salvo-conduto. A intervenção na vida privada, limitando a possibilidade de circulação, tem por objetivo circunscrever os limites da esfera pública, limites determinados pelo anseio

homogeneizador do novo Estado. Destarte, ao se estabelecer uma eficaz intervenção na esfera privada, o espaço público, conseqüentemente, se reduz e passa a ser concebido em função e de acordo com os limites impostos ao mundo privado. Portanto, o Estado Novo explicita com muita clareza e precisão, através do salvo-conduto, seu projeto político: despolitizar a sociedade, silenciar a ação e o discurso de uma população transformando-a em massa. Essa 'coisa' sem forma ou desejo definidos, onde se quebram as solidariedades grupais, sejam elas estabelecidas pela profissão, pelo trabalho ou pela origem, de maneira que os sujeitos apareçam absolutamente individualizados e sem vínculos no espaço público. E aí a ação interventora do Estado virá restabelecer as solidariedades, não mais determinadas pela classe social, pela origem, ou pela experiência da proletarização, mas as que vinculariam os atores sociais ao poder público. Neste momento, a massificação estaria realizada e o projeto corporativo encontraria caminho aberto para sua efetivação. A maciça intervenção estatal na vida privada com o objetivo de determinar os limitados contornos da esfera pública foi a maneira encetada para a realização desse projeto.

Os anos da Segunda Guerra Mundial foram, sem dúvida, os mais terríveis do Estado Novo, quando a suspeição foi maior alta sobre os trabalhadores pobres, imigrantes e principalmente os japone-

ses. A suspensão dos direitos legalmente constituídos foi o mais eficiente meio de controle e cerceamento da cidadania.

O CAMINHO DOS SÚDITOS

A Segunda guerra significou um decisivo momento de inflexão para a colônia nipo-brasileira. Seu final sepultava definitivamente o sonho de retornar ao Japão. A vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil era encarada como algo temporário, uma passagem, e ao final de alguns anos eles retornariam ao Japão ricos e vencedores. Neste projeto, assumia um papel central o Gambarê, expressão do esforço para seguir adiante enfrentando todas as adversidades com resignação e aceitando o destino como algo positivo e inescapável.⁸

A construção do Estado nacional, do qual estavam excluídos os japoneses, acirrou o retorno aos valores dos primeiros imigrantes e à prática do Shindô e do Gambarê. O desejo de retornar ao Japão era proporcional à suspeição e perseguição a que estavam sujeitos. Neste contexto, o discurso do imperador Hiroito, pondo fim à guerra, em 14 de agosto de 1945, caiu como uma bomba na comunidade nipo-brasileira. Abalada, ela levou algum tempo para assimilar o golpe, pois o Japão que emergiu após 1945 desfigurara a imagem imperial da ancestralidade divina e da invencibilidade. O país imaginado pelos imigrantes já não existia mais; encerrava-se aí o imaginário da volta.

Para alguns não havia outro caminho, já que o retorno não se colocava em questão. Cabia mais uma vez seguir o Gambarê e resignar-se. Para outros o sonho não poderia simplesmente transformar-se no pesadelo de ficar. A resposta foi a criação da Shindô-Remmei.

Terminada a guerra, a situação não melhorou para os japoneses, ao contrário, agravou-se. A comunidade japonesa, após tantas e seguidas humilhações, dividiu-se entre os Kachigumi e os Makegumi. Os primeiros não acreditavam na derrota do Japão, achavam que tudo era uma grande farsa e que a qualquer momento os navios de guerra japoneses chegariam para levá-los à terra do sol nascente. Os Makegumis, conformados com a situação, aceitavam a derrota japonesa e desejavam esquecer a guerra, as humilhações sofridas e reconstituir suas vidas. Em meio a acirrados debates e muitas desavenças na colônia os Kachigumi criaram, no dia 23 de setembro 1945, no bairro do Jabaquara, a Liga do Caminho dos Súditos, a Shindô-Remmei. Seus fundadores, desde os anos da guerra, procuravam expressar o seu patriotismo através da prática do Shindô, o código de conduta que todos os súditos japoneses deveriam manter em relação ao imperador.

A Shindô-Remmei foi fundada com o principal objetivo de eliminar fisicamente os derrotistas, e assim elevar o moral da comunidade, enquanto esperava a chegada dos navios de guerra do Japão. A

polícia estimou que a Shindô-Remmei chegou a possuir cerca de cem mil associados, a maioria no estado de São Paulo, realizando mais de 32 atentados contra os chamados derrotistas, durante o período de 7 de março a 16 de agosto de 1946, causando 13 mortes.⁹

Não é difícil avaliar a responsabilidade que teve o Estado Novo na criação de organizações como a Shindô-Remmei.¹⁰ As contínuas perseguições e humilhações impostas aos japoneses aguçaram o seu patriotismo e os tornaram propensos a recusar a derrota. O profundo preconceito

e desprezo com que foram tratados evidenciava para muitos que, naquele momento, não havia outra alternativa: ou chegavam os navios da marinha imperial japonesa para buscá-los, ou seu destino era desaparecer enquanto grupo étnico e cultural. Este estado de ânimo presidiu a criação de organizações como a Shindô-Remmei.

A atuação da polícia contra as organizações nipônicas foi rápida, recheada de lances teatrais para consumo da imprensa e muita violenta. No mês de julho de 1946, foram presos, em São Paulo, dois



Teiji Suzuki, primeiro japonês que emigrou para o Brasil. Arquivo Nacional.

japoneses que confessaram ser membros da Shindô-Remmei. O processo-crime, então instaurado, nos mostra por dentro as ações da organização e as práticas dos grupos de extermínio, os Tokko-Tai.

Que o declarante faz parte da Tokko-Tai,¹¹ organização esta incumbida da eliminação dos elementos nipônicos contrários à idéia da vitória do Japão na presente guerra do Pacífico, que o declarante foi incumbido de matar Takeo Kajiwara, por ser este um dos mais fervorosos propagandistas da derrota japonesa no Pacífico, que o depoente estava em companhia, nesta incumbência, de Kiyokaku Morishita, o qual acompanhou e ajudou a desencumbir-se da missão, que traziam consigo a bandeira da organização, que dispararam toda a carga de seus revólveres, num momento em que, nos fundos da casa da pretensa vítima, protegidos pela escuridão, a viram surgir com o lampião...¹²

Assim, Tomio Aoki, alfaiate de 23 anos, solteiro, inicia o relato de uma missão na qual tomou parte na cidade de Bastos, em 23 de julho de 1946. Ele frisa que o atentado não visava qualquer interesse pecuniário, e que não atirou contra mais ninguém, apenas contra Kajiwara. O depoimento de Morishita, lavrador, 17 anos, nascido em São Paulo, confirma as informações de Aoki, e acrescenta que ambos dispararam ao todo 12 tiros, que contudo não atingiram o alvo. O lavrador japonês de 34 anos, Takeo

Kajiwara, vítima do atentado, ao depor, dá algumas pistas de que esperava uma ação dos grupos de extermínio.

No dia 23, mais ou menos às vinte e três horas, achava-se repousando e antes de dormir ouviu latido de seu cão, levantando-se, imediatamente, para fora pela porta da sala de visita, que saiu ao terreiro e andou sessenta metros em direção da cerca do vizinho (...) ao chegar à mencionada cerca ouviu o disparo de um tiro tendo, imediatamente, atirado para um lado seu lampião, que lançou-se ao chão no momento que ouviu mais tiros, nove mais ou menos, e pôde perceber que se tratava de duas pessoas inimigas, tratando o declarante de voltar para sua casa, rastejando, entre sua casa e o rancho de criação do bicho-da-seda, percebeu novamente que ali estavam mais duas pessoas, as quais também disparavam contra o declarante dois tiros (...) que tratou de recolher-se, entrando em casa, tendo sua mulher, mais que depressa, aberto a porta da cozinha e atirado para fora quatro bombas que explodiram no ato, a fim de avisar à vizinhança...

O sinal emitido pela esposa de Takeo havia sido combinado previamente entre os sitiante japoneses da redondeza e, provavelmente, contribuiu para por em fuga os agressores. Rapidamente, chegaram ao local do atentado vários vizinhos. O que demonstra a rápida mobilização dos sitiante, reflexo das tensões que percor-

riam a comunidade.

Bastante revelador é o depoimento de Satoru Yamamoto, motorista, 28 anos e acusado por Aoki e Morishita de ser o idealizador e mandante do atentado contra Kajiwara. Cheio de orgulho ele conta:

Que o declarante reside no Brasil há 14 anos, que é solteiro e não possui bens imóveis, que entrou para a sociedade secreta terrorista nipônica Shindô-Remmei a convite de seu patrício Hida, vice-presidente desta sociedade na cidade de Bastos, que é verdade que o declarante quando entrou para a Shindô-Remmei foi certificado que deveria proceder como verdadeiro patriota japonês, isto é, não devia dar crédito aos documentos divulgados pelo governo brasileiro sobre a derrota do Japão que se empenhava na guerra contra as nações unidas, que o declarante deveria atacar com todas as armas ao seu alcance os chamados japoneses 'derrotistas', ou que admitissem a derrota da pátria, que nessa conformidade o declarante passou a proceder; que no mês de abril o declarante foi informado de que o sitiante nipônico Takeo Kajiwara era da ala dos que acreditavam na derrota do Japão e disso fazia alarde, ofendendo com a sua atitude a sagrada pessoa do imperador Hiroito...¹⁵

Diante da agressão contra a sagrada figura do imperador, Satoru tomou a decisão de eliminar Kajiwara. Seguiu para a capital e pediu permissão à direção da

Shindô-Remmei para matar o Makegumi. Depois de aprovada a decisão, comprou duas armas e recrutou os Tokko-Tai para a missão: "transmitindo-lhes as felicitações por esse gesto patriótico que, segundo os diretores da Shindô-Remmei, não seria esquecido quando a missão militar japonesa viesse ao Brasil exigir satisfações do governo pelas prisões feitas...". Dias depois, Satoru recebeu uma carta de São Paulo, escrita pelo chefe Tokko-Tai Taro Yamada, que o chamava urgente à capital, a fim de integrar um grupo de execução que deveria entrar em ação no dia 3 de agosto de 1946, cometendo simultaneamente três atentados: contra o industrial Chibata Miakoche; o encarregado dos negócios japoneses no Brasil, Paulo Morita e o então presidente da cooperativa agrícola de Cotia, Shimamoto.

Tomio Aoki, em segundo depoimento, prestado em 8 de fevereiro de 1947, acrescentou alguns dados novos a essa história:

... que o interrogado conhecia Takeo Kajiwara fazia algum tempo, e sempre aconselhava a este que procedesse bem, deixando de beber e fazer sujeira. Que o interrogado se aborreceu também com Kajiwara, porque este ora dizia acreditar na vitória do Japão, ora dizia não acreditar. Que o próprio Kajiwara tempos antes tinha convidado o interrogado a eliminar Kussahara, porque este dizia que o Japão havia sido derrotado...

Bastante curioso este segundo depoimento de Aoki. Ele revela conhecer a vítima a algum tempo, o que leva a crer que entre ambos houvesse uma convivência relativamente estreita, a ponto de o acusado aconselhar a vítima sobre a forma mais adequada de se comportar. O “beber e fazer sujeira” apontados por Aoki eram bastante depreciativos num súdito japonês, e contrário às práticas do Shindô e do Gambarê. Além de derrotista, Kajiwara era, aos olhos de Aoki e Morishita, um péssimo exemplo de comportamento para a comunidade nipônica.

A polícia de São Paulo descobriu e invadiu a sede da Shindô-Remmei, no bairro do Jabaquara, em abril de 1946 e, no dia três, os jornais publicaram as fotos do interior da sede, assim descrita pela polícia:

...no salão principal havia uma grande mesa, e ao seu redor muitas cadeiras. A parede ao fundo parece ser uma espécie de altar, separada com uma cortina roxa. Abrindo-se a cortina, viam-se pendurados uma ao lado da outra, a bandeira do Japão e a bandeira militar japonesa, ocupando toda a parede. E, no ponto em que as duas bandeiras se juntavam, a pouco mais de dois metros do chão, havia uma foto do imperador em vestes militares, montando um cavalo branco. À direita da cortina havia um estandarte com a inscrição “sede da Shindô-Remmei”, em vermelho, e o timbre da entidade — o diagrama SHIN (súdito) — pintado em branco sobre uma flor de cere-

jeira. Na parte de baixo do estandarte, à esquerda, havia ainda uma pequena inscrição, em que se lia: “Dois mil seiscientos e cinco anos de existência do Japão”. Na mesa central havia uma lista com os nomes dos associados da “sociedade secreta”, entre eles nomes de brasileiros, filhos de japoneses. Numa das paredes encontrava-se pendurado um grande e bem desenhado mapa do estado de São Paulo, onde se assinalavam as filiais da liga, chamadas núcleos, espalhadas em áreas de concentração de japoneses. Observando aqui o número desses núcleos percebia-se a importância da Shindô-Remmei, que contava aproximadamente 130 mil membros.¹⁴

No dia 19 de agosto de 1945, o jornal *Diário de São Paulo* publicou uma matéria onde o repórter entrevistou um japonês, no bairro da Liberdade. Perguntou-lhe como tinha visto a rendição do Japão após a derrota militar. Ocorreu entre eles o seguinte diálogo:

- Imagina se o Japão se rendeu. Isso é absolutamente impossível.
- Mas como, se a rádio Tóquio transmitiu isso?
- Hoje em dia, há transmissões americanas perfeitas em japonês.
- Você não acredita nem na mensagem do imperador?
- Não é possível que tenha havido uma mensagem do imperador. Não

pode haver erro naquilo que o imperador começa.¹⁵

O diálogo acima pode ser interpretado como uma faceta da dedicação japonesa, uma singular relação e vínculo que une os súditos a seu imperador - que inspirou, por exemplo, os pilotos camisas. Porém, gostaria de aventar outra hipótese: o diálogo entre o repórter e o japonês expressa as dificuldades e sutilezas na construção da cidadania e, conseqüentemente, de um espaço efetivamente público na sociedade brasileira. É também a questão da cidadania a chave para a compreensão dos vínculos erigidos no Estado Novo entre espaço público e espaço privado. O projeto estadonovista almejava tornar o público um mero espaço de circulação de pessoas e mercadorias, desprovido de função política e crítica, transformando-o em mero lugar, em paisagem, pano de fundo de circulação e passagens urbanas, desprovido de contradições. Porém, a despolitização da esfera pública impôs um novo arranjo entre o público e o privado. Despojado de seu caráter político a esfera pública se privatiza e passa a ser vivenciada como mera extensão do espaço privado. Por outro lado, o campo da intimidade passa a ser alvo de todo um discurso técnico que o transforma em lugar da aplicação de uma tecnologia que prescinde absolutamente de qualquer discussão política.

Espaço público privatizado e área de circulação, esfera privada tecnicizada, campo de ação de um saber puramente téc-

nico e eficiente, são as questões fundamentais para a compreensão da figuração estadonovista.¹⁶ Se o vínculo entre cidadania e ocupação é um produto do Estado Novo, a apropriação privada da esfera pública e a tecnicização dos problemas vividos na esfera da intimidade, não o são. Eles estão inseridos, numa longa tradição de 'confusão' intercambiante entre a rua e a casa. A novidade das décadas de 1930 e 1940 talvez esteja na junção entre estas duas práticas.

Os japoneses, concebidos aqui no sentido amplo como estranhos, foram excluídos, de antemão, da possibilidade de tornarem-se cidadãos. Perseguidos e marginalizados foram jogados nas fimbrias da sociedade, no espaço da não visibilidade pública. Porém, é exatamente neste não lugar, nesta exclusão, que serão forjadas as possibilidades de uma contra-leitura dos ideais estadonovistas. Excluídos do espaço público, os japoneses, recolhidos à vida privada, gestaram de si e de sua situação durante o Estado Novo uma imagem que, adequada aos valores do Gambarê e do Shindô, os projetará no espaço público, após 1945, com uma pujança recriada.

Organizações como a Shindô-Remmei nos revelam, tanto as dificuldades para a criação de uma efetiva cidadania no Brasil, quanto as múltiplas possibilidades que ela tem para realizar-se. Afinal, os japoneses são um dos muitos 'inimigos' criados naqueles anos. As ações da organização 'terrorista' são, por um lado, uma rea-

ção às seguidas humilhações sofridas durante o Estado Novo. Contribuíram, porém, para justificar e reforçar certos preconceitos arraigados. As “características negativas” dos japoneses vão sendo pintadas em tons cada vez mais sombrios e assustadores, a partir dos quais se pode esperar deles quaisquer gestos de desconfiança e traição, predestinação natural ao crime, ao suicídio, à insanidade mental, atributos que vão se avolumando de tal forma a mostrar que

(...) a sua face e a sua cor denotam frieza e calculismo...¹⁷

As seqüelas deixadas na comunidade japonesa por estes duros anos mostrariam suas marcas ainda por muito tempo, o que tornaria ainda mais difícil a construção de uma efetiva cidadania nos anos que viriam.

Agradeço especialmente ao professor Boris Fausto a leitura atenta, as sugestões precisas e o gentil apoio.

N O T A S

1. Eliana Dutra R. F, *O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo*, São Paulo: USP, tese de doutoramento, mimeo., 1990, p. 51.
2. Eliana Dutra, op. cit., p. 221.
3. *Relatório das atividades da polícia civil*, p. 688.
4. “Relatório da Comissão de Nacionalização ao Ministério da Educação e Saúde”, em: Simon Schwartzman, et ali, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra/Edusp, 1984, p. 150.
5. Cf., Simon Schwartzman, et alli, op. cit., pp. 150-151.
6. Citado em Alcir Lenharo, *Sacralização da política*, Campinas: Papyrus, 1896, p. 132.
7. Idem, ibidem, p. 448.
8. Cf. Célia Sakurai, *Romanceiro da imigração japonesa*, São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993, p. 52.
9. Guido Fonseca, “DOPS: um pouco de sua história”, em *Revista ADPESP*, ano 10, n° 18, 1989.
10. Outras organizações surgiram neste período: Zaiako Zaiago Gujin Kai, Associação dos ex-Militares Japoneses no Brasil; a Kodo Jissen Remmei, Liga pela Prática das Diretrizes do Imperador; a Tuido Seinen Kei, Associação dos Jovens Japoneses que seguem as Diretrizes Centrais; a Kokussui Seinen Dan, Grupo Nacionalista de Jovens; a Aikoku Nippon Jin-Kai, Associação Patriótica dos Japoneses Unidos; a Chudo Aikoku Doshi-Kai; Associação Patriótica pela Unidade do Pensamento; a Chudo-Kai; Associação do Caminho da Felicidade do Imperador. Entretanto, todas as indicações mostram que a mais importante de todas, por suas ações, foi a Shindô-Remmei.
11. Tokko-Tai: grupos de execução encarregados das missões de extermínio.
12. Processo em que é réu Tomio Aoki. Arquivo do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. 1º Tribunal do Júri, caixa 700. Os próximos depoimentos foram transcritos desse processo.

13. Para um esclarecimento do comportamento dos japoneses em relação ao imperador Hiroíto ver Ruth Benedect. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
14. Tomoo Handa, op. cit., p. 675.
15. Idem, ibidem, p. 643.
16. Sobre a relação entre público e privado ver Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
17. Citado por Alcir Lenharo, op. cit., p. 132.

A B S T R A C T

The goals of the *Estado Novo* were to remain united, cohesive and undivided. There was a desire to erase all possible traces of social heterogeneity, with foreigners representing a potential danger. The building of homogeneity called for a very authoritarian stance, because it presupposed the elimination of the other, the dissimilar. This article shows that the fear, the aversion towards the other reached extreme levels with regard to the Japanese.

R É S U M É

L'union, la cohésion et l'indivision ont été les objectifs de l'*Estado Novo*, en vue d'effacer les marques d'une éventuelle hétérogénéité sociale où les étrangers représentaient un danger en potentiel. Pour bâtir l'homogénéité on présupposait l'élimination du différent, de l'*autre*.